

#### **PRESIDÊNCIA DO IEPREV**

ROBERTO DE CARVALHO SANTOS

#### **EDITOR-CHEFE**

MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR, UFPR/PR

#### **EDITORES-ADJUNTOS**

MARIAH BROCHADO, UFMG/MG

ROBERTO DE CARVALHO SANTOS, UFMG/MG

#### **EDITORES-EXECUTIVOS**

GILMAR GOMES DE BARROS, FURG/RS

LUCAS MAGNO PORTO, UFMG/MG

#### **CONSELHO EDITORIAL**

ANA PAULA MISKULIN, USP/SP

ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, ESA/MG

CLÁUDIA SALLES VILELA VIANNA, EMATRA-PR

CYNTIA TEIXEIRA PEREIRA CARNEIRO LAFETÁ, UL.  
LISBOA, PORTUGAL

DANIELA MURADAS REIS, UFMG/MG.

DÉCIO BRUNO LOPES, PUC-SP. SÃO PAULO/SP

DENISE PIRES FINCATO, PUC-RS

DENISE POIANI DELBONI, FGV/SP

ESTER MORENO DE MIRANDA VIEIRA, PUC-SP

FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM, UERJ/RJ

FERNANDO FERREIRA CALAZANS, UNIFEMM/MG

FULVIA HELENA DE GIOIA, MACKENZIE. SÃO PAULO/SP

ITIBERÊ DE OLIVEIRA CASTELLANO RODRIGUES UFPEL/RS

IVANI CONTINI BRAMANTE, FDSBC/SP.

JANE LUCIA WILHELM BERWANGER, PUC-PR

JOÃO BATISTA OPTIZ NETO. UNIP/SP

JOSÉ ANTONIO SAVARIS, UNIVALI/SC

JULIANA TEIXEIRA ESTEVES, UFPE. RECIFE/PE

MARCELO BARROSO LIMA BRITO DE CAMPOS, UNI-BH

MARCUS ORIONE GONÇALVES CORREIA, USP/SP

MARIA HELENA CARREIRA ALVIM RIBEIRO, UFMG/MG

OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS, UEL/PR

PAULO RICARDO OPUSZKA, UFPR/PR

TUFFI MESSIAS SALIBA, UNA/MG

VALMIR CÉSAR POZZETI, UFAM/AM

YNÊS DA SILVA FÉLIX, UFMS/MS

#### **CONSELHO CONSULTIVO**

ADRIANE MEDIANEIRA TOALDO, ULBRA/RS

ALEXANDRE VICENTINE XAVIER, UFMT/MT

ALINE FAGUNDES SANTOS, UFVJM/MG

ANA MARIA ISQUIERDO, FURG/RS

ANA MARIA MAXIMILIANO, UFPR/PR

ANDRESSA FRACARO CAVALHEIRO, UNIOESTE/PR

BRUNO ALVES RODRIGUES, CEFET-MG

CAIO AUGUSTO SOUZA LARA, DOM HELDER/MG

CLAUDIO PEDROSA NUNES, UFCG/PB

DENILSON VICTOR MACHADO TEIXEIRA, UEL/PR

DENISE POIANI DELBONI, FGV/SP

EDER DION DE PAULA COSTA, FURG/RS

GABRIELA CARAMURU TELES, USP/SP

GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, USP/SP

HECTOR CURY SOARES, FURG/RS

HÉLIO SILVIO OURÉM CAMPOS, UNICAP/PE

JESUS NAGIB BESCHIZZA FERES. UNIVEM/SP

ISABELE BANDEIRA DE MORAES D'ANGELO, UPE/PE

IVAN SIMÕES GARCIA, UFRJ/RJ

JOÃO BATISTA LAZZARI, CESUSC/SC

JOÃO BATISTA OPTIZ JUNIOR, UMSA, ARGENTINA

JOÃO REZENDE ALMEIDA OLIVEIRA, UCB/DF

JOSÉ RICARDO CAETANO COSTA, FURG/RS

JULIANA DE CASSIA BENTO BORBA, PUC-MG.

JULIANA TORALLES DOS SANTOS BRAGA, FURG/RS

JULIANE CARAVIERI MARTINS, FURG/RS

LAURA SOUZA LIMA E BRITO, USP/SP

LIANE FRANCISCA HÜNING PAZINATO, FURG/RS

LUCIANA ABOIM MACHADO GONÇALVES DA SILVA, UFS/SE

LUIZ CARLOS GARCIA, UFMG/MG

LUIZ GUSTAVO BOIAM PANCOTTI, UNIMEP/SP

LUMA CAVALEIRO DE MACÊDO SCAFF, UFPA/PA

MÁRCIA CAVALCANTE DE ARAÚJO, UNIVERSIDAD DE  
SALAMANCA, ESPANHA

MARIA AUREA BARONI CECATO, UFPA/PB

MIGUEL HORVATH JÚNIOR, PUC-SP

MIRIAN APARECIDA CALDAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO/PR

NADJA KARIN PELLEJERO, FURG/RS

PAULO AFONSO BRUM VAZ, UNISINOS/RS

PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI, UFMG/MG

RAPHAEL SILVA RODRIGUES, UFMG/MG

RODRIGO GARCIA SCHWARZ, UNOESC/SC

RUBENS SOARES VELLINHO, UCPEL/RS

SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, UFRJ/RJ

VALENA JACOB CHAVES MESQUITA, UFPA/PA

VERA QUEIROZ, PUC-SP



|      |                |      |      |          |      |
|------|----------------|------|------|----------|------|
| RBDS | Belo Horizonte | v. 7 | n. 2 | p. 1-188 | 2024 |
|------|----------------|------|------|----------|------|

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Gilmar Gomes de Barros, CRB 14/1693

R454 Revista Brasileira de Direito Social [recurso eletrônico]:  
RBDS / Editora do Instituto de Estudos Previdenciários,  
Trabalhistas e Tributários. – Dados eletrônicos. – Vol. 7, n. 2  
(maio/ago. 2024). – Belo Horizonte : Editora IEPREV, 2018-.

Modo de acesso: <<http://rbds.ieprev.com.br/rbds/>>.  
Quadrimestral.

Título abreviado: R. Bras. Dir. Soc.

Editor: Marco Aurélio Serau Junior.

ISSN eletrônico: 2595-7414

1. Direitos sociais. I. Instituto de Estudos Previdenciários  
Trabalhistas e Tributários.

CDU, 2ª ed.: 349.3

|                            |    |
|----------------------------|----|
| EDITORIAL .....            | 05 |
| Marco Aurélio Serau Júnior |    |

### ARTIGO

|  |       |
|--|-------|
| A INCONSTITUCIONALIDADE DA DESCONSIDERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES VERTIDAS EM VALOR ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL (ARTIGO 19-E DO DECRETO Nº 3.048/99) ..... | 06-19 |
| Eduardo Levin  |       |

|  |       |
|--|-------|
| ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS E A PROVÁVEL INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DOS REDUTORES ..... | 20-39 |
| Miguel Horvath Júnior  |       |
| Vera Maria Corrêa Queiroz  |       |
| Ester Moreno de Miranda Vieira   |       |

|  |       |
|--|-------|
| A SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL: O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO ESTADO, NÃO INCORPORADOS NA LISTA DE DISPENSAÇÃO DO SUS, À LUZ DA TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL ..... | 40-61 |
| Lucas Pires Raydan   |       |
| Raphael Silva Rodrigues  |       |
| Thiago Penido Martins  |       |

|   |       |
|---|-------|
| URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE ..... | 62-72 |
| Éder Dion de Paula  |       |
| Rúbia Cristina da Silva Passos  |       |

### ESTUDO DE CASO E PESQUISA EMPÍRICA

|  |       |
|--|-------|
| REQUISITOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A BUSCA POR UM MÍNIMO DE CIDADANIA – UM ESTUDO DE CASO COM OS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BUTIÁ/RS ..... | 73-90 |
| Leonardo Montenegro da Silva   |       |

|   |        |
|---|--------|
| O ENQUADRAMENTO COMO SEGURADO ESPECIAL A PARTIR DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS DE FAXINAL/PR ..... | 91-101 |
| Gabriel Henrique Cintra   |        |
| Marco Aurélio Serau Junior  |        |

## **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

AUDITORIA EXTERNA NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE ACERCA DO ALCANCE DO CONTROLE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NOS REGISTROS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES ..... 102-114  
Renata Raule Machado

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PARCERIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS SEGURADOS FRENTE A NECESSIDADE DE GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL ..... 115-131  
Cristóvão de Souza Brito

## **PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO**

PODERES INSTRUTÓRIOS DO RELATOR NO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO: SUPERANDO O DOGMA DA NULIDADE DA SENTENÇA 132-144  
Renato Barth Pires

LIMITAÇÃO DA PROVA DA UNIÃO ESTÁVEL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS ANÁLISE CRÍTICA A UTILIZAÇÃO DO § 5º DO ART. 16, DA LEI 8.213/1991 COMO FUNDAMENTO PARA TARIFAÇÃO DE PROVA PELO JUDICIÁRIO .... 145-160  
Carla Caroline Lopes Andrade  
Evelin de Lima Oliveira Lessa

A PERÍCIA BIOPSISSOCIAL ENQUANTO TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR ADEQUADA PARA A PROTEÇÃO DO GRUPO FAMILIAR VULNERÁVEL ..... 161-174  
Bruno Vilar Dugacsek  
José Ricardo Caetano Costa

OS MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO E CONTROVÉRSIAS COMO GARANTIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE ATRAVÉS DO ACESSO À JUSTIÇA ..... 175-188  
Lucas Dornellos Gomes dos Santos  
Andréa Carla de Moraes Pereira Lago

## EDITORIAL

A nova edição da RBDS – Revista Brasileira de Direito Social (v. 7, n. 2, 2024), que pode ser acessada amplamente pelo público de modo gratuito pelas vias digitais, chega permeada de trabalhos científicos de grande qualidade e abordando temas relevantes no campo dos Direitos Sociais.

O tema impactante da contribuição previdenciária mínima foi objeto de pesquisa por parte de Eduardo Levin em “A inconstitucionalidade da desconsideração das contribuições vertidas em valor abaixo do mínimo legal (artigo 19-E do Decreto N° 3.048/99)”.

A reforma previdenciária ainda é objeto de preocupação científica, e isso fica evidenciado no texto “Acumulação de benefícios e a provável inconstitucionalidade da aplicação dos redutores”, do professor Livre-Docente da PUC/SP Miguel Hovarth Júnior, em coautoria com suas orientandas de Doutorado Vera Queiroz e Ester Moreno de Miranda Vieira.

Deve ser sempre lembrado que a Seguridade Social não se compõe tão somente da Previdência Social, abrangendo também a Assistência Social e a Saúde. E, preenchendo essa lacuna, vemos o estudo “A saúde como direito social fundamental: o fornecimento de medicamentos de alto custo pelo estado, não incorporados na lista de dispensação do SUS, à luz da teoria da reserva do possível”, de autoria de Raphael Silva Rodrigues; Lucas Pires Raydan e Thiago Penido Martins.

Da mesma forma que a Seguridade Social é mais ampla que a Previdência, os Direitos Sociais compõem um guarda-chuva onde várias modalidades de direitos humanos se encontram, inclusive o tema do direito à moradia, abordado por Éder Dion de Paula e Rúbia Cristina da Silva Passos, ambos da FURG, em “Urbanização brasileira e vulnerabilidade socioambiental: saúde e desenvolvimento como liberdade”.

Nesta edição da RBDS inauguramos algumas Seções Temáticas, listadas abaixo.

A Seção “Estudos de Caso e Pesquisa Empírica” abre com o texto “Requisitos do benefício de prestação continuada e a busca por um mínimo de cidadania: um estudo de caso com os beneficiários do município de Butiá/RS”, de Leonardo Montenegro.

Outro estudo empírico de caso, pensando em uma determinada comunidade local, foi abordado também em “O enquadramento como segurado especial a partir da autodeterminação dos povos de Faxinal/PR”, de autoria minha e de meu orientando Gabriel Henrique Cintra.

A seção RPPS apresenta o artigo “Auditoria externa nos regimes próprios de previdência social: análise acerca do alcance do controle dos tribunais de contas nos registros de aposentadorias e pensões”, de autoria de Renata Raule Machado, traz à tona esse importante aspecto sobre os RPPS.

A mesma Seção sobre RPPS também conta com “Regime Próprio de Previdência Social: a importância dos instrumentos de parceria na promoção dos direitos dos segurados frente a necessidade de garantia do equilíbrio financeiro e atuarial”, de Cristovão de Souza Brito.

Inaugurando a Seção Processo Judicial Previdenciário, tema caro a esta revista, o estudo “Poderes instrutórios do relator no processo judicial previdenciário: superando o dogma da nulidade da sentença”, do Juiz Federal e professor da PUC/SP Renato Barth Pires.

Os temas processuais previdenciários foram objeto de estudo também de Carla Caroline Lopes Andrade e Evelin de Lima Oliveira Lessa: “Limitação da prova da união estável para fins previdenciários análise crítica a utilização do § 5º do art. 16, da Lei 8.213/1991 como fundamento para tarificação de prova pelo judiciário”.

Bruno Vilar Dugacsek e José Ricardo Caetano Costa, da FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS, apresentam o estudo “A perícia biopsicossocial enquanto técnica multidisciplinar adequada para a proteção do grupo familiar vulnerável”.

Na sequência, fechando essa Seção, temos “Os métodos extrajudiciais de solução e controvérsias como garantia dos direitos da personalidade através do acesso à justiça”, elaborado por Lucas Dornellos Gomes dos Santos e Andréa Carla de Moraes Pereira Lago.

Com todos estes trabalhos de fôlego em nosso sumário, franqueamos a todo o público a leitura de mais essa edição da RBDS.

Belo horizonte, julho de 2024.

**Marco Aurélio Serau Junior**

Professor da UFPR. Doutor e Mestre pela USP. Diretor Científico do IEPREV. Editor-  
-Chefe da Editora IEPREV.